



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679910 - MG (2021/0218297-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : ANDREIA MARINHO ALVES  
**ADVOGADO** : ANDREIA MARINHO ALVES - MG195754  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : SILVANO PEREIRA CAMPOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVANO PEREIRA CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Recurso em Sentido Estrito n. 1.0647.20.001881-8/001).

O paciente foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do Código Penal, submetendo-o ao julgamento pelo tribunal do júri. A defesa então interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de origem, o qual teve provimento negado, ao argumento de estarem presentes os requisitos legais para a remessa do caso à julgamento pelo júri, bem como os elementos autorizadores da manutenção da custódia cautelar.

Sustenta a impetrante que a prisão do paciente no momento atual constitui flagrante ilegalidade e violação do direito de locomoção, uma vez que se encontra preso há 1 ano. Considera que o paciente não constitui perigo à ordem pública, além de ser primário e contar com bons antecedentes. Salientou não ter ficado evidenciada na decisão impugnada o risco efetivo que a liberdade do paciente traz ao processo.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar do paciente com ou sem medida cautelar diferente da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada analisou os argumentos da defesa, apresentando a justificativa nos seguintes moldes:

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - SENTENÇA DE

PRONÚNCIA - PROVA DA EXISTÊNCIA DO FATO E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA - LEGÍTIMA DEFESA - INVIABILIDADE - RECONHECIMENTO DO PRIVILÉGIO - DESCABIMENTO - RECURSO EM LIBERDADE - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP.- Havendo os requisitos exigidos pela lei processual para a pronúncia (indícios suficientes da autoria e indicação da materialidade do fato), deve ser julgada admissível a acusação.- Não havendo prova cabal da existência dos elementos autorizadores da legítima defesa, deve tal tese ser submetida ao Conselho de Sentença.- Descabe, em sede de pronúncia, a análise pelo magistrado acerca da incidência do privilégio previsto no §1º do art. 121 do Código Penal, tratando-se de matéria a ser analisada pelos juízes leigos.- Presentes os requisitos do art. 312 do CPP, deve o réu permanecer custodiado.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente